

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CÊNCIAS HUMANAS - ICH
PÓS - GRADUAÇÃO LATO SENSU EM HISTÓRIA DA ÁFRICA

**Algumas reflexões sobre a abordagem do conteúdo de África na
Educação. A contribuição da questão quilombola**

ELAINE COELHO CRISTÓVÃO

JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS – ICH

2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CRISTÓVÃO, Elaine Coelho.

Algumas reflexões sobre a abordagem do conteúdo de África na Educação. : A contribuição da questão quilombola / Elaine Coelho CRISTÓVÃO. – 2017.

44 p.

Orientador: Vinebaldo Aleixo de Souza FILHO

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas., 2017.

1. África. 2. Quilombolas. 3. Escrita de si. I. FILHO, Vinebaldo Aleixo de Souza, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS-ICH
PÓS - GRADUAÇÃO LATO SENSU EM HISTÓRIA DA ÁFRICA

**Algumas reflexões sobre a abordagem do conteúdo de África na
Educação. A contribuição da questão quilombola**

Elaine Coelho Cristóvão

Monografia apresentada
ao curso de Pós -
graduação História da
África, como requisito
para obtenção do grau de
especialista em análise
ambiental da
Universidade Federal de
Juiz de Fora. Orientador:
Msº Vinebaldo Aleixo de
Souza Filho.

Juiz de Fora

2017

EXAME DE MONOGRAFIA

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A ABORDAGEM DO CONTEÚDO DE ÁFRICA NA EDUCAÇÃO. A CONTRIBUIÇÃO DA QUESTÃO QUILOMBOLA

Elaine Coelho Cristóvão

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Especialização em História da África da Universidade Federal de Juiz de Fora, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Especialista em História da África

Aprovada em de de 2017.

Banca de Avaliação:

Prof. Dr. _____

Parecer: _____. Assinatura: _____

Prof. Ms. _____

Parecer: _____. Assinatura: _____

Sempre à Deus, o arrimo da minha sorte.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus. Ele é quem permite ousar e alcançar.

Agradeço aos meus pais, demais familiares e amigos, eternos entusiastas de meus projetos e intentos.

Agradeço a meu orientador, Professor e Ms^o Vinebaldo Aleixo de Souza Filho, por sua generosidade e conhecimento compartilhados.

Agradeço a organização do Curso de História da África, a coordenação, professores, tutores e secretaria, os quais, com empenho e competência, contribuíram para a ampliação do conhecimento dos discentes.

Agradeço a meus colegas de turma, com os quais pude trocar conhecimento e experiências.

"O perigo de uma história única".

Chimamanda Ngozi Adichie

RESUMO

CRISTÓVÃO, E. C. Título Algumas reflexões sobre a abordagem do conteúdo de África na Educação. A contribuição da questão quilombola Orientador: Profº MsºVinebaldo Aleixo de Souza Filho. UFJF. ICH, 2017. 43 p. Monografia (Especialização em História da África).

Este trabalho é fruto das discussões e apresentações realizadas ao longo do curso de história da África, as quais objetivaram influenciar a prática docente, assim como as vivências daqueles ingressantes no curso. Desta maneira, apresentam-se dois resultados. O primeiro, a proposta de um material didático, que, no caso, trata-se de um Mapa das Comunidades Remanescentes Quilombolas-CRQs da Zona da Mata de Minas Gerais, considerando os conceitos de *território e lugar*, de modo a orientar o professor que incentive o conhecimento e a proximidade do aluno a esses espaços carregados de história, valores e símbolos africanos, os quais, foram influenciados e ressignificados no Brasil. O segundo, trata de uma escrita de si, onde autor narra sua trajetória acadêmica e profissional e busca estabelecer conexões com as discussões e contribuições apreendidas ao longo do curso.

Palavras - chave: África, Quilombolas, escrita de si

ABSTRACT

CRISTÓVÃO, E. C. Some reflections about the approach of Africa content on the education. The Quilombola contribution..Advisor: Ms° Vinebaldo Aleixo de Souza Filho. UFJF. ICH, 2017. 43 p. Monograph (Specialization in África history)

This work arose from discussions and presentations conducted throughout the Africa History course, which aims were to influence the Teaching practice, as well as the experiences of those who have taken this course. Thus, it indicates two results. The first one is a proposal of didactic material, in this case, a map of Quilombolas¹ Remaining Communities of Zona da Mata², Minas Gerais, Brazil. This material considers the concepts of territory and place, in order to guide the teacher to motivate students to get knowledge and to be closer to these places full of history, of values and African symbols, which were influenced and got a new meaning in Brazil. The second result deals with a personal written, in which the author narrates his academic and professional trajectory and aims to establish connections with the discussions and contributions taken through the course.

Key words: Africa, Quilombolas and personal written.

¹ *Quilombolas* is a common name for slaves who hidden in shelters called *Quilombos*, or descendants of black slaves whose ancestors during the period of slavery fled from sugarcane mills, farms and small farms to form small villages called *Quilombos* ...

² *Zona da Mata* is one of the twelve mesoregions of *Minas Gerais* state, in Brazil, made up of 142 municipalities grouped in seven micro-regions.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	10
PARTE I APRESENTAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO	13
1.1 Apresentação.....	13
1.2 As categorias de análise da geografia.....	15
1.3 O quilombo: signos e ressignificação	17
1.4 Proposição Didática: Contribuição Para o livro didático - 9º Ano - Orientação para o professor.....	21
PARTE II O MATERIAL DIDÁTICO.....	22
2.1 Por dentro do contexto - Contribuição para o aluno.....	22
2.2 Comunidades Remanescentes de Quilombos - CRQs na Zona da Mata de Minas Gerais: Uma representação cartográfica	24
2.3 O Mapa:	29
PARTE III PORTFÓLIO	30
3.1 História de vida e Memórias: Reescrita da carta de intenção	30
3.2 Repensando a aprendizagem: leituras críticas a partir da práxis.....	33
3.3 Práticas pedagógicas, intervenções e ações sócio-educativas.....	38
3.4 Considerações finais	41
4 BIBLIOGRAFIA	43

ÍNDICE DE FIGURAS:

Figura 1: Anúncio de um negro fugido no século XIX, no Brasil.....	17
Figura 2: Paisagem da Comunidade São Pedro de Cima.....	26
Figura 3: Vista de uma casas cultivo de eucalipto.....	26
Figura 4: Microrregiões da Zona da Mata Mineira	34
Figura 5: Ilustração de Sarah Bartman.....	38

ÍNDICE DE TABELA:

Tabela 1: Comunidades Remanescentes de Quilombos - CRQs da Zona da Mata mineira.....	Erro! Indicador não definido. 4
--	--

ÍNDICE DE QUADRO:

Quadro 1: Comunidade de São Pedro de Cima-Quadro analítico : África e Brasil.....	25
---	----

INTRODUÇÃO

"O perigo de uma história única ". (ADICHIE, 2009)

A palestra proferida por Chimamanda Adiche, uma nigeriana, escritora e militante pelos direitos civis da população negra, poderia, sem querer correr o risco de redução do discurso, ser reivindicada pela memória coletiva apenas por esta frase.

A arena de luta da população negra, em caráter mundial, se estabelece no viés ideológico, científico, histórico, cultural e religioso, à medida que esta foi categorizada e estigmatizada por um terceiro. Aquele que contou sua história. Aquela história que precisa ser recontada por outro(s) sujeito(s), o sujeito da ação.

Não obstante a isso, no Brasil, a atuação histórica do Movimento Negro³ teve como importante conquista a promulgação da Lei 10. 639/2003, a qual incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Deve-se ressaltar que, embora seja reconhecida a atuação do Movimento Negro, a vitória não é de um grupo, mas da coletividade, um passo em direção a ampliação do debate, do diálogo e da justiça.

Tal ação permitiu um grande passo para redemocratização, ou talvez seja melhor pluralização do ensino na sociedade brasileira, um vez que alterou a *Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional - LDB* (Lei 9.394/96) e contribuiu para a árdua missão de desconstrução do imaginário popular a respeito de África e da ideia de generalização das experiências Africanas e afrodescendentes.

Isso porque para a implementação da referida Lei, estabeleceu-se o Plano Nacional de implementação das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*, o qual tem como parte de seus eixos temáticos: a

3 Para Lopes(2014), corroborado por outros autores, trata-se de um sujeito político, com uma trajetória histórica extremamente importante, fortemente atuante e responsável pelo reconhecimento do direito à educação para a população negra. (LOPES, 2014)

política de formação de professores em educação e a política de material didático e paradidático.

É nesse contexto que se insere o presente trabalho, resultante de um curso de formação, que embora tenha se aberto a um público multidisciplinar, voltou-se especialmente a profissionais da educação e sua prática docente.

Por esta razão, e atendendo a normatização do presente curso, este trabalho de conclusão se divide, basicamente, em três partes: **o capítulo I** apresenta o referencial teórico e metodológico do material didático a ser construído; **o capítulo II** apresenta o material didático proposto e; finalmente **o capítulo III** apresenta o portfólio, ou seja, a narração de si, a partir das vivências durante o curso.

PARTE I – APRESENTAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

1.1. Apresentação

Conforme o capítulo introdutório, este tópico se dispõe a apresentar o material didático proposto para prática do professor, enquanto *educador*, considerando-o no ensino formal, como também, o não-formal, aquele amplamente defendido na perspectiva de Paulo Freire.

Embora a ênfase deste trabalho seja o ensino formal, a menção a este renomado educador brasileiro é quase inevitável quando se atrela a educação o seu caráter emancipador e libertador, tendo em vista que, a legislação brasileira ao impor este ensinamento no currículo regular, como já mencionado anteriormente, convoca ao diálogo, e contribui para transformação e formação crítica do indivíduo.

Sobre a tendência desse estudo ao ensino formal, uma ênfase faz-se importante. Registramos aqui o cuidado para que este não se configure em um instrumento para aquele tipo de educação - a formal -, criticada pelo filósofo István Mészáros (2008), e até mesmo por Freire (1981), que sucumbe à qualificação ou preparação para o mercado, deixando de ser um ato político, para ser, ela própria, uma mercadoria, reproduzindo a lógica do capital.

Desta forma e não obstante a isso, partimos da análise e consulta aos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs - conteúdo de geografia, para o ensino Fundamental II, público alvo do material a ser apresentado. Um dos seus objetivos para o público do ensino fundamental é capacitá-la para

conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseado em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;(PCN, 1998, pg.7)

Tendo em vista a ciência geográfica, e suas diversas categorias de análise, quais sejam: *Espaço, Lugar, Paisagem, Escala, Território e Redes*, percorreremos aquelas que serão importantes para embasar teórica e metodologicamente o material didático a ser proposto.

Outrossim, o tema a ser trabalhado versa sobre a *Diáspora*, caracterizada pela migração forçada de Africanos para Europa, Ásia e, principalmente, para a América.

A proposta é trazer ao aluno uma reflexão sobre a História da África, especialmente sobre esse episódio retratado no parágrafo anterior, e suas consequências espaciais, no caso em questão, a formação de Quilombos no Brasil, objeto tangível da história, patrimônio cultural, carregados de símbolos, significados e ressignificações.

Muito além de um lugar de "comunidades tradicionais"⁴, o Quilombo traz consigo o marco de sua história passada, tendo em vista que os indivíduos pioneiros e fundadores daquele lugar são portadores de valores, culturas e religiosidades alóctones, ou seja, de seu local de origem, cujos traços ainda podem ser observados na práxis social de cada comunidade quilombola.

A proposta objetiva a introdução de um mapa que espacialize as Comunidades Quilombolas existentes na Zona da Mata de Minas Gerais, composta de 142 municípios, e com uma população em torno de 11% da população de Minas Gerais. Sua representatividade histórica se estabelece, ao se trazer a memória o fato de que Minas Gerais, assim como a Zona da Mata Mineira, teve um papel de destaque no comércio de pessoas escravizadas, assim como o uso intenso da mão de obra escrava para movimentar seus mais importantes ciclos econômicos, tais como o ouro e o café. (MACHADO, 1998)

Através do Mapa, o aluno poderá fazer um paralelo entre a História da África e a produção do espaço, o seu espaço de ação, sobre o qual, podemos buscar auxílio na ciência geográfica e adotar, providencialmente, o "lugar", o qual denota mais proximidade do sujeito com o objeto, de modo que o aluno perceba o quão está próximo da África, o quão esta está próxima de si.

Embora atualmente ocorra maior identificação de parte da população com a identidade negra (conforme dados do IBGE, Negros são 53,6% da população brasileira⁵) persiste uma visão generalizada do continente africano

⁴ A utilização desse termo pode ser ambivalente pois, se não for bem contextualizado, pode denotar um tom pejorativo, relativo aquilo que é atrasado, arcaico, inculto, animalesco, isto é, antagônico e dependente da sociedade moderna e civilizada, comumente relacionada à europeia.

⁵ Ver, Programa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) 2014. Fonte: <https://goo.gl/KPVylk>

como um lugar mítico, selvagem, homogêneo – mesmo quando a intenção é valorizá-la, à exemplo do imaginário da “Mama África”. Soma-se a isso, dois fatores complementares. Um, a persistência do racismo estrutural e sistêmico no Brasil, que estigmatiza os valores culturais e a história da população negra e africana. Outro, a resiliência do “mito da democracia racial”, que embora há décadas tenha sido desconstruído por cientistas e militantes, persiste em diferentes níveis da sociedade, negando o racismo entre os brasileiros. Este são apenas alguns fatores que dificultam a aplicação da lei 10.639/03.

O olhar para as comunidades quilombolas não pode ser de estranheza, ou contemplação exótica.

1.2 As categorias de análise da geografia

Em se tratando deste estudo, é premente fazer uma breve explanação, a fim de esclarecer a linha teórico-metodológico em que se acomoda o presente trabalho.

Nesse sentido, por se tratar de um trabalho que lança mão da ciência geográfica, apresentaremos dois conceitos pertinentes: o "lugar" e o "território", ambos em uma leitura que auxilie no entendimento da História da África e a produção de espaço no Brasil, leia-se, a partir de constituição de comunidades - quilombolas, imbuídos de símbolos e significados, os quais, pretende-se aproximar da realidade e vivência, pela perspectiva do "lugar".

Desta maneira, atentando ao caráter simbólico do território- tendo em vista que este conceito evoca vários outros entendimentos - aludiremos a perspectiva do geógrafo Robert Sack (1986), que o considera como aquele que estabelece projeções simbólicas à medida que o homem o preenche com suas vivências, afetividades e o organiza conforme suas características culturais, como interpreta o geógrafo contemporâneo Leonardo Carneiro Carneiro (2010, p. 2).

Embora a questão do território esteja fortemente relacionada às relações de poder, que se estabelecem em áreas controladas e delimitadas por algum

grupo social⁶, "a territorialidade está intimamente relacionada a como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significados ao lugar". (Reis,2012, p. 2). Por certo, o exercício de poder é premente ao território, mas este exercício é concebido segundo os valores que vão reger aquele dito grupo social, a territorialidade que irão exercer. Daí, entender como essas relações se dão em determinado território, como por exemplo, aquele quilombola, é uma forma de conhecimento, desmistificação, e quem sabe, aproximação do aluno com aquela realidade.

Recorrendo ao campo do simbólico, este trabalho se acomoda também na perspectiva do "lugar", que para o geógrafo chinês Yi-fi Tuan⁷ (1983, p.65), é recortado afetivamente, e emerge da experiência, sendo assim, um "mundo ordenado e com significado". O lugar alude ao pessoal, aquele com o qual desenvolvemos afetividade pela experiência e vivências nele realizadas, por exemplo, nossa casa, nosso bairro , nosso local de trabalho. Desenvolvemos o senso de proximidade com aquilo que nos deperta a identidade.

Este recorte do entendimento do conceito de lugar alude a geografia Humanística⁸, surgida na década de 1970, caracterizada por valorizar as relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao seu ambiente. As relações de atividade são estabelecidas principalmente pelo senso da experiência, da vivência, já que o lugar é um produto da experiência humana. A experiência, a vivência em um determinado lugar, nos despertam laços de afetividade e proximidade com o mesmo, logo, o lugar ganha um significado e uma simbologia próprios. Para Tuan (1983), há diversas formas de experiências, uma delas, a visão, que pode levar o indivíduo a relacionar-se com o mundo e estabelecer valores e sentimentos em relação ao lugar.

Por esta razão, ao se propor que o professor trabalhe em sala de aula com uma representação cartográfica que espacialize os territórios quilombolas na região que o aluno está situado, como no caso na Zona da Mata de Minas Gerais, espera-se despertá-lo àquele lugar, uma vez que

⁶ Essa questão é discutida por Claude Raffestin, Robert Sack e ampliada por outros geógrafos mais contemporâneos, tais como Marcelo Lopes de Souza, Rogerio Haesbaert e outros.

⁸ Expoente da Geografia Humanística, a qual se identifica com a filosofia do significado, respaldando-se na fenomenologia, existencialismo, idealismo e hermenêutica, para explicar a relação do sujeito com o mundo. (LEITE, 1998)

Os mapas, por sua vez, são as representações gráficas do mundo real, se firmam como ferramentas eficazes de interpretação e leitura do território, possibilitando revelar a territorialidade das construções sociais e as feições naturais do espaço e, justamente por isso, mostram os fatos geográficos e os seus conflitos. (ANJOS, 2009, p.13)

1.3 O quilombo: signos e resignificação

O trato com Comunidades Quilombolas é importante ao se considerar o papel que o Brasil exerceu na diáspora Africana, ocorrida entre 1500 e 1890. Estimativas dão conta que cerca de 22 milhões e pessoas foram retiradas do continente e levadas para o resto do mundo, sendo que a maioria delas, cerca de 15 milhões, passou pelo Oceano Atlântico.(OGOT et al,2008). Isso nos leva a entender que boa parte dessas pessoas veio em direção a América e, mais especificamente, para o Brasil , como confirma Anjos (2009), que complementa ao lembrar que o Brasil é segundo maior país do mundo em população de ascendência Africana.

Desta forma, é fato que a África é uma das matrizes étnicas de formação do *povo brasileiro*⁹. Embora isso, tal fato não teve o devido tratamento, ao contrário, foi negligenciado pela história formal, pelo Estado e pela sociedade em geral , os quais, forjaram representações superficiais e negativas de África na memória coletiva. Isso, obviamente, refletiu no senso de autoreconhecimento desta população, seja aquela afro-brasileira, em geral, seja aquela que vive em quilombos e seus descendentes. Neste último caso, a invisibilidade e o silêncio também foram estratégia de resistência, frente a sociedade hegemônica (CARNEIRO, 2010). A resistência, aliás, foi típica nessa conjuntura histórica.

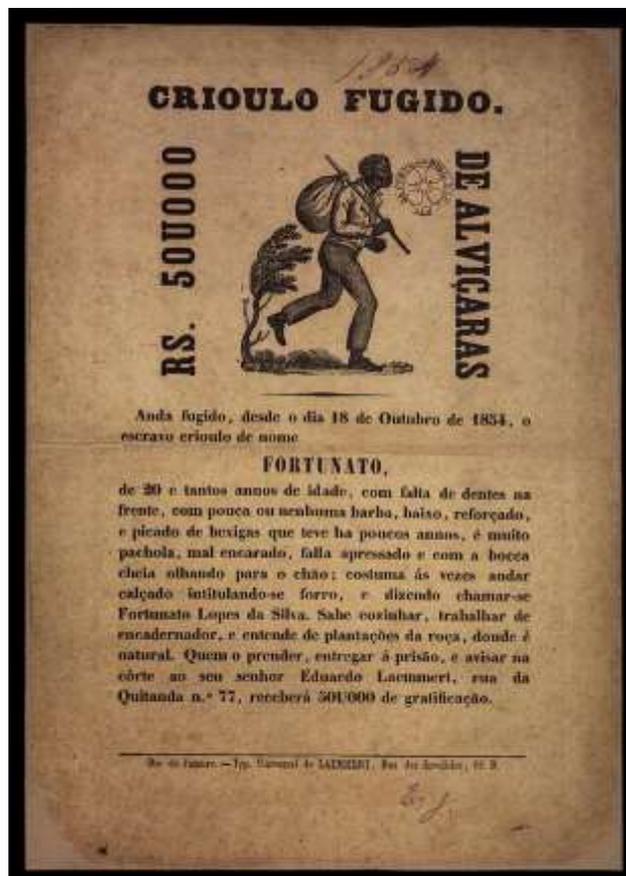
Após 1988, com a promulgação da nova Constituição Brasileira, novos ventos começaram a soprar, claro, não voluntários, mas, oriundos de um movimento, de uma militância incansável.

O artigo 68 da Constituição Federal de 1988 finalmente garantiu aos remanescentes e descendentes de quilombo o direito de titulação de suas terras que, outrora, haviam sido ocupada por escravizados fugidos, comumente

⁹ Como tratado no celebre livro: O povo brasileiro, do antropólogo Darcy Ribeiro.

chamados de "negros fujões" (FIGURA 01), ou doada a ex-escravos pelos proprietários, ou ocupada por ex-escravos libertos após a abolição, e entre outras situações que remontam a origem do quilombo.(CARNEIRO, 2010). [

Figura 1: Anúncio de um negro fugido no século XIX, no Brasil



Fonte: <http://cafehistoria.ning.com/> . Acesso em 10/01/2017

Carneiro (2010) ressalta que, após esse marco legal, os descendentes quilombolas, anteriormente escondidos, começaram a falar, a buscar as raízes, a atestar sua identidade e a buscar os benefícios oferecidos pelo Estado. Daí, há um processo de ressignificação e mergulho nas raízes, por parte da própria comunidade.

Esse fato do autoreconhecimento é de extrema importância para a manutenção do quilombo, pois o processo de titularidade e regularidade da terra, depende disso. A lógica se inverte. O papel dos cientistas sociais, neste caso, não é o de atestar a legitimidade quilombola, e então refendar ao órgão

que vai promover a certificação¹⁰ da terra, mas reconhecer os traços daquela comunidade - sujeito do processo - que já se apropriou daquela condição.

Considerando que o Quilombo é o território de descendentes de Africanos escravizados que ainda mantém tradições culturais e religiosas, cabe a nós, pesquisadores e professores, detectar tais traços existentes. A Fundação Cultural Palmares, órgão federal criado em agosto de 1988, é um importante aliado, pois é a instituição que formaliza tais processos, presta assessoria jurídica e desenvolve projetos e programas de acesso a cidadania. É desta Fundação, inclusive, a informação sobre a presença de mais de 2000 quilombos, devidamente certificados espalhados pelo Brasil. Essa menção é importante, pois com base no acervo de informações desta instituição é que buscaremos respaldo para criar o mapa de representação da presença quilombola na Zona da Mata de Minas Gerais.

Sobre o quilomb, que carrega marcas de uma cultura alóctone, emerge a oportunidade de aprendizagem sobre a *diáspora Africana no Brasil*.

Neste caso, cabe uma breve, mas importante ponderação. Ora, o contexto histórico para o qual se indica a utilização desta proposta pedagógica é o maior movimento forçado da história, a diáspora Africana, ou seja, uma migração pela força de milhões de africanos para outros lugares do globo.

Outrossim, é premente a discussão sobre o desencadeamento desse processo no Brasil, e por que não em outros países, já que a formação de quilombos, conforme recordam SANTOS e REBOCHO (2014) foi um fenômeno que ocorreu em todos os locais aonde escravidão de Africanos se estabeleceu, sendo apenas denominado com outros nomes¹¹. Isto é, foi um processo geograficamente localizado, conforme Moura (apud SANTOS e REBOCHO, 2014) "o quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse." (SANTOS e REBOCHO, 2014, p. 12)

Mais do que isso, é uma instituição típica da conjuntura Africana, de sua reprodução social, que apenas foi estabelecida e ressignificada nos locais de cativo, uma vez que

¹⁰ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA

¹¹ São chamados "...*cimarrões* em muitos países de colonização espanhola, *palenques* em Cuba e Colômbia, *cumbes* na Venezuela, *maroons* na Jamaica, nas Guianas e nos Estados Unidos. (SANTOS e REBOCHO, 2014, p. 7)

O quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (*kilombo*, aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire¹². (MUNANGA, 1996, p 57)

Conforme o antropólogo Kabengele Munanga (1996), que traz luz à localização geográfica da gênese do quilombo, a África Central, - tendo em vista o tamanho do continente e sua consequente diversidade sociocultural, comumente negligenciada,

seu conteúdo enquanto instituição sociopolítica e militar é resultado de uma longa história envolvendo regiões e povos[...]. É uma história de conflitos pelo poder, de cisão dos grupos, de migrações em busca de novos territórios e de alianças políticas entre grupos alheios. (MUNANGA, 1996, p. 58)

No entanto, no Brasil¹³, em alusão à diáspora Africana, este foi ressignificado e apropriado por outros grupos étnicos Africanos, além daqueles indivíduos do tronco linguístico *bantu*, pois

Como instituição centralizada, o quilombo era liderado por um guerreiro entre guerreiros, um chefe intransigente dentro da rigidez da disciplina militar. Pelo conteúdo, o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo Africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo Africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar. Não há como negar a presença, na liderança desses movimentos de fuga organizados, de indivíduos escravizados oriundos da região bantu, em especial de Angola, onde foi desenvolvido o quilombo. Apesar de o quilombo ser um modelo bantu, creio eu que, ao unir Africanos de outras áreas culturais e outros

¹² Atual República Democrática do Congo.

¹³ E seguramente em outros locais aonde esta organização se formou.

descontentes não-Áfricanos, ele teria recebido influências diversas, daí seu caráter transcultural. MUNANGA, 1996, p 63)

As contribuições deste e de outros autores abrem nossos olhos e nos alertam quanto a uma visão falaciosa do quilombo, de uma estrutura rígida, homogênea, um retrato estático da cultura Africana, pelo contrário, nos chama atenção para as ressignificações sofridas ao longo de seu processo histórico, mas que, ainda sim, mantém um valor típico de sua formação gênica: a resitência.

Daí, a leitura do professor ao apresentar o tema quilombo para o aluno, poderá extrapolar constatações mais óbvias, como a busca pela origem étnica ou fatores fenótipos, mas elementos da organização social e cultural, ainda existentes , que fazem o paralelo entre África e Brasil, o passado histórico de um representado na pratica cotidiana e presente do outro.

1.4 Proposição Didática: Contribuição Para o livro didático – 9º Ano - Orientação para o professor.

Considerando que os recursos didáticos são " todo e qualquer recurso utilizado em um procedimento de ensino , visando à estimulação do aluno e sua aproximação do conteúdo" (FREITAS, 2007, p. 21) o mapa, um recurso em si, poderá ser utilizado como um instrumento auxiliador em outro recurso, o livro didático, comumente adotado na rede escolar.

O Mapa poderá servir como material de apoio a abordagem de conteúdo, tendo em vista que a cartografia, um conjunto de estudos e operações lógico-matemáticas técnicas e artísticas, é uma ciência que oferece a compreensão espacial de um fenômeno,e serve, portanto com um instrumento de conhecimento, domínio e controle do território. (CASTROVANI, CALLAI E KAERCHER, 2009).

Nesse sentido, como já mencionado, a utilização do referido mapa está prevista nos Parâmetros Curriculares Nacionais, especialmente para aquele público do Ensino Fundamental II, para abordagem e apreensão de conteúdo. A cartografia, portanto, é considerada como um instrumento de aproximação

dos lugares e do mundo e a alfabetização cartográfica um passo para a leitura crítica (PCN, 1998).

É importante destacar que a cartografia não é uma ciência exclusiva à geográfica, ela auxilia, esta e a outras ciências, à compreensão de fenômenos, representando-os espacialmente. Nesse sentido, ela pode e deve ser utilizada por professores de outros conteúdos, em uma perspectiva multidisciplinar, mas especialmente pode e, muito, contribuir para o entedimento dos conteúdos de história.

Especialmente para o 9º ano, último ciclo do Ensino Fundamental II, destacam-se dois objetivos elencados nos PCNs, os quais corroboram o presente trabalho:

- criar condições para que o aluno possa começar, a partir de sua localidade e do cotidiano do lugar, a construir sua idéia do mundo, valorizando inclusive o imaginário que tem dele.
- explicar que a natureza do espaço, como território e lugar, é dotada de uma historicidade em que o trabalho social tem uma grande importância para a compreensão da dinâmica de suas interações e transformações;(PCN, 1998, p.99-100).

Daí, ao se abordar a respeito da Diáspora Africana no Brasil, o professor poderá traçar um paralelo entre a História da África e a produção do espaço no Brasil.

Isto é, o mapa deve ser trabalho, ou melhor, "lido" de acordo com o contexto no qual se insere.

2 - PARTE II - O MATERIAL DIDÁTICO

2.1 Por dentro do contexto - Contribuição para o aluno

Considerando a relação existente entre a história da África e o Brasil, podemos detectar várias heranças desta relação, seja nas palavras utilizadas no cotidiano do brasileiro - tais como bunda, babá e, entre outras - , seja na comida - pratos típicos, tais como angu, quiabo e, etc - seja no modo de vida e na organização social, tal como o quilombo.

O quilombo, típico da África Central - países como Angola, República do Congo e outros - surgiu entre os povos que falavam a língua *bantu* - *uma raiz linguística que originou outros tipos de fala, e foi peculiar a muitos escravizados que foram trazidos para o Brasil.*

O estudioso Kabengele Munanga, que nasceu na República do Congo e é falante de um idioma proveniente da língua bantu, nos esclarece que a raiz *lombo* se refere ao ritual de circuncisão¹⁴, e no caso, *ochilombo* se refere ao sangue originário do ritual de circuncisão, um dos costumes mais comuns na África. (SANTOS, A. B. e REBOCHO, 2014)

Mais do que um ritual, a circuncisão era um momento de passagem, quando meninos, após submetidos a esta prática, são considerados homens aptos ao casamento. Era um ritual fechado ao público, sagrado e restrito.

A princípio, os quilombos eram utilizados para estas práticas, mas após influências de outros povos, no contexto de guerras e disputas territoriais, tornaram-se, além disso, local para guerreiros capturados durante conflitos, pertencentes a outros povos vencidos, mas que ali eram incorporados, treinados e passavam a fortalecer e expandir o exército a qual estavam agora vinculados. (SANTOS, A. B. e REBOCHO, 2014)

Esse novo sentido de quilombo remonta os séculos XV e XVI e, como melhor nos esclarece Kabengele Munanga (1996, p. 5)

tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos (MUNANGA, 1996, P. 5)

Na verdade, a ampliação de seu uso, para além de ser um campo de iniciação para ser um campo de admissão de guerreiros conquistados, atribui ao termo o caráter de ser uma "associação de terras", ou seja, um local aberto a todas as pessoas, sem distinção quanto a sua origem. E essa é uma das

¹⁴ É a retirada do prepúcio do pênis humano, geralmente feito sem anestesia em um rito de iniciação, que tem significado cultural e religioso, como por exemplo para as religiões judaica e muçumana, esta última com grande influência sobre a África.

características que acompanhou a formação do quilombo na diáspora africana no Brasil, ou seja, a entrada de pessoas escravizadas para o país.

Nesse sentido, o quilombo foi um local para prática da liberdade, da cultura, da religião e do trabalho, e que não se limitou a uma etnia, pelo contrário, agregou escravizados de diferentes línguas e costumes. Daí, não é tão importante buscar a formação étnica de um quilombo, mas entender o seu contexto de formação.

Outra característica que se complementa é a ideia de resistência, que está inserida no sentido ampliado do quilombo, na África, assim como, no seu sentido de existência no Brasil, no qual se estabeleceu como uma forma de luta e afronta ao escravismo. Aonde houve escravidão, houve quilombo e resistência.

Portanto, levando em consideração que ao longo de seu histórico ele admitiu influências e novos significados, ao olharmos para as comunidades remanescentes de quilombos - os quilombolas - ainda existentes no Brasil, e mais propriamente, para aquelas situadas bem próximo de nós, temos que abrir o olhar para além de constatações óbvias, como, por exemplo, a cor da pele dos indivíduos, mas para o significado da permanência dessas comunidades. Nos atentar as quais questões ainda estão resistindo.

Sugestão de Exercício:

Sobre as Comunidades Remanescentes Quilombolas-CRQs da Zona Mata de Minas Gerais, investigue o histórico de formação de uma delas, e investigue, junto a seus familiares e amigos, sobre o quilombo escolhido.

2.2 Comunidades Remanescentes de Quilombos - CRQs na Zona da Mata de Minas Gerais: Uma representação cartográfica

A representação cartográfica da distribuição espacial das comunidades quilombolas na Zona Mata de Minas Gerais, traz uma série de informações ou questões que podem ser trabalhadas pelo professor, entre as quais:

- o papel da Zona da Mata mineira no tráfico de pessoas escravizadas;
- organização social, costumes e valores de África, reproduzidos na dinâmica interna das sociedades quilombolas;
- a capacidade de organização e resistência da população de Africanos escravizados frente ao tráfico;
- A diversidade cultural e histórica em África;

Dentre as questões citadas, podemos explicar, por exemplo, a que remete a *organização social, costumes e valores de África, reproduzidos na dinâmica interna das sociedades quilombolas*, bastando para isso, nos atentar as peculiaridades de um dos quilombos representados, o que demandará do professor um esforço de pesquisa, ao nosso ver, válido e legítimo.

Desta maneira, ao nos deparar com a lista de comunidades quilombolas na Zona da Mata mineira, certificada pela Fundação Palmares, quais sejam:

Tabela 1: Comunidades Remanescentes de Quilombos - CRQs da Zona da Mata mineira

Nº	Município	Comunidade
01	Bias Fortes	Colônia do Paiol
02	Ponte Nova	Bairro de Fátima
03	Raul Soares	Comunidade dos Bernardos
04	Santos Dumont	São Sebastião da Boa Vista
05	Tabuleiro	Boata Fogo
06	Ubá	Namastê
07	Viçosa	Buieí
08	Visconde do Rio Branco	Maria Bernardete Lopes Silva
09	Mercês	Carreiros
10	Paula Cândido	Córrego do Meio
11	Divino	São Pedro de Cima

Fonte: CRQs- Fundação Cultural Palmares

Podemos proceder à escolha de uma delas, seja por caráter de proximidade, maior riqueza de informações, ou outra razão, que nos permita o maior conhecimento da realidade local.

Assim sendo, por exemplo, a comunidade quilombola de São Pedro de Cima, situada em Divino-MG, próximo a Barbacena-MG, é um bom exemplo, pois, há alguns estudos concluídos e outros em andamento a respeito da mesma.

Comunidade de São Pedro de Cima:

Quadro analítico : África e Brasil

<i>Estrutura social e aspectos históricos: Comunidade São Pedro de Cima</i>		<i>Estrutura social e aspectos históricos: Perspectiva Africana</i>
<i>Histórico</i>	Sua história tem início com a chegada ao local de Pedro Malaquias, no século XIX, tido como o fundador e dono de quase todas as terras de São Pedro.(ITABORHAY, 2014)	Embora a descendência e as linhagens constituídas fossem matrilineares, a autoridade ficava sempre nas mãos dos homens e não das mulheres.(MUNANGA, 1996,p.51)
<i>Processo histórico</i>	A comunidade foi fundada como São Pedro de Baixo, mas, pressionada, foi obrigada a se deslocar para uma região mais distante, que recebeu o nome de São Pedro dos Crioulos, com tradições e culturas Africanas. Após a entrada de novos sujeitos em busca de novas terras para o plantio de café acaba por haver uma descaracterização da comunidade. Surge São Pedro de Cima...	"A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas" (MUNANGA, 1996,p.51)
<i>Processo atual</i>	Resistência das 150 famílias - no total 452 moradores - agricultores , que ainda sobrevivem da terra, frente ao avanço da cultura de culturas comerciais, como o eucalipto, e do contexto de grandes obras, como o mineroduto que passa perto da comunidade.(DANTAS, 2011)	"Imitando o modelo Africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência" (MUNANGA, 1996,p.63)

Fonte: Organizado pela autora

Outros aspectos, tais como os culturais e religiosos podem e devem ser apresentados, quando disponíveis. Para visualização da comunidade, e de alguns aspectos abordados seguem as Figuras 02 e 03 :

Figura 2: Paisagem da Comunidade São Pedro de Cima



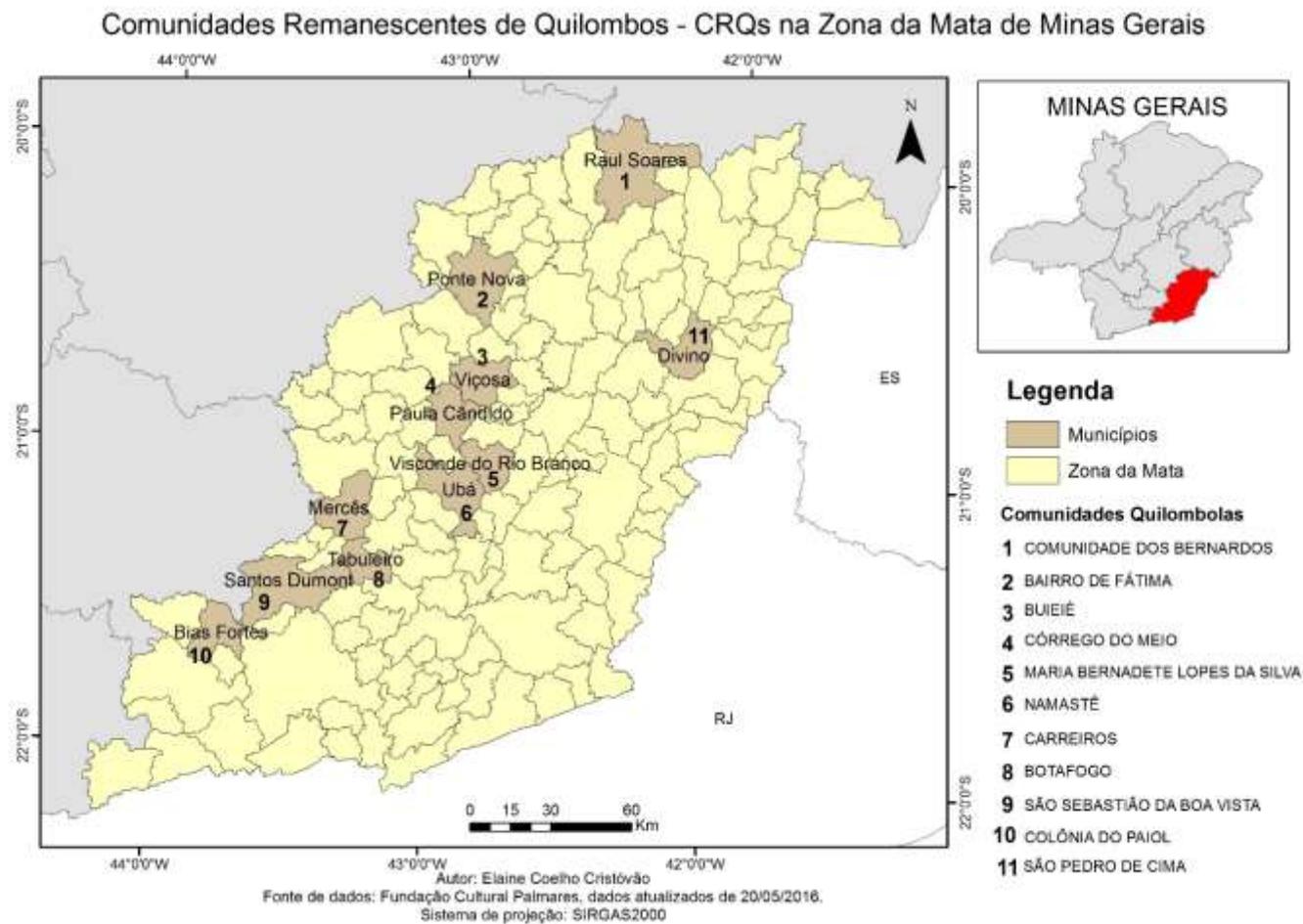
Fonte: Dantas, 2011

Figura 3: Vista de uma casas e o cultivo de eucalipto



Fonte: Dantas, 2011

2.3 O Mapa:



PARTE III - PORTFÓLIO

3.1- História de vida e Memórias: Reescrita da carta de intenção

Meu nome é Elaine Coelho Cristóvão, sou bacharel, licenciada e Mestre em geografia, além de Especialista em análise ambiental, atividade que exerço há pelo menos 10 anos.

Trabalho, essencialmente, com a investigação dos impactos socioambientais advindos da implantação de empreendimentos, especialmente àqueles energéticos, os quais, invariavelmente, mudam a paisagem natural, modo de vida da população local, a práxis social. Isso, obviamente, demanda deslocamentos constantes e, mais interessante, o trato com populações diversas, inclusive as tradicionais.

Recentemente defendi a Dissertação de Mestrado, no Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICH, da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, pela Faculdade de Geografia, na linha de Dinâmicas Socioambientais, no qual tratei sobre as repercussões ambientais da implantação de um empreendimento energético (Usina Hidrelétrica) na vida da população local, sobretudo daquela vulnerável, constituída de pescadores locais.

Esta breve introdução muito se assemelha àquela contida na carta de intenção que constituía o processo seletivo para o curso de Especialização em História da África. Tal carta também mencionava o meu desejo em melhorar meu arcabouço técnico e “científico” para o trato de Comunidades Quilombolas, isto, no contexto do licenciamento ambiental, o qual envolve estudos específicos, tal como o Componente Quilombola, diagnósticos sociais e entre outros.

Pois bem, passados quase um semestre de ministrações de aulas e leituras específicas, obviamente, mantenho a mesma necessidade e o mesmo desejo em trabalhar com este tipo de comunidade. Porém, o curso vai além das minhas expectativas iniciais, o que é ótimo.

Como uma mulher negra certamente a temática é, no mínimo, familiar para mim. Sou filha, neta e sobrinha de empregadas domésticas. Eu mesma, quando adolescente, fui uma.

Meus pais foram praticamente criados em “casas de família”, pois após a morte de seus pais, cada qual foi “recebido” por famílias brancas, abastadas e caridosas que lhes deram um lar, em troca de seu trabalho doméstico. Ambos tem grande gratidão por isso e, por consequência, eu também.

Eu cresci em meio a essas famílias. Vez por outra, principalmente na minha infância e adolescência, eles nos forneciam cestas básicas, roupas e sapatos usados, além de sempre se lembrarem de mim e do meu irmão (gêmeo), em datas como aniversários, natal, páscoa e outras datas, nos dando presentes, chocolates e agrados em geral.

Hoje, adulta e dotada de alguma consciência política, ainda é difícil olhar para estas famílias com outro “óculos”, além do da gratidão, mas consigo fazê-lo. Na minha infância e adolescência, não.

Embora isso, apesar de ter crescido com “meu lugar demarcado”, ou seja, na cozinha, por onde eu perambulava com minha mãe, quando a acompanhava nas faxinas, eu sabia que eu não queria fazer aquilo quando adulta, isto é, eu não queria “aquele lugar” para o qual eu estava destinada. Sempre estudei em escola pública. Aos 14 e aos 19 anos, trabalhei como babá - algo que eu detestava - sendo que, neste último trabalho, eu dormia no emprego, ia para casa somente no sábado à tarde e, retornava no domingo à noite, isto para ter condições de pagar o cursinho para ingressar na faculdade.

Ainda tenho certo ranço desta experiência: Uma jovem negra cuidando dos filhos da sua senhora branca. Era isso que eu não gostava, do determinismo “racial” e social que naturalmente se reproduzia. O status dos meus pais, naquele momento, estava se reproduzindo em mim. No entanto, não isso não demarcou a minha vida.

Quando do ingresso na Universidade Federal de Juiz de Fora-MG, em 2002, eu representava os pouco mais de 2% da população negra que conseguia, naquele período, ingressar em uma universidade pública. Mais do que isso, eu era a primeira pessoa da minha família inteira a fazer um curso superior e, então, quebrar o ciclo.

Assim como para boa parte da população negra e pobre, oriunda de periferia, passei por boas dificuldades durante o curso, até mesmo durante a pós - graduação. Mas tudo passou e...continua passando.

Tudo isso contribuiu para que eu conseguisse definir sobre qual é o “meu lugar” no mundo, que há muito deixou de ser a cozinha. Mas, eu precisava saber qual era. Eu precisava tirar os óculos.

Neste processo, me veio a percepção de um dos maiores episódios de racismo que eu já sofri e, que talvez, não o tivesse percebido desta maneira, e com total maior nitidez, se não fosse o curso de História da África.

Tal episódio ocorreu durante a graduação, quando da minha participação no *Projeto Rondon - Operação Verão 2008*, mais especialmente no deslocamento para cidade polo, Porto Estrela, no Mato Grosso.

Era a primeira vez que ia viajar de avião e, minha família, assim como eu, estava em polvorosa. O veículo oficial que nos levaria de Juiz de Fora-MG até o aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro-RJ, ficou estacionado no centro de Juiz de Fora e sairia as 0:00h. No trajeto até a van, junto com meus familiares, resolvi tentar pesar a minha mala, pois temia o excesso de bagagem e o risco de ter que pagar taxa extra no aeroporto. Tentamos, sem sucesso, dois estabelecimentos. Daí, desistimos e, decidimos retornar ao lugar onde a van estava me aguardando, mas, no caminho, dois camburões, duas motos com giroflex ligados e homens aos berros nos pararam, em via pública, com armas em punho e com todo estardalhaço, certamente necessário. Isso aconteceu em 2008, mas eu tenho ainda a nítida noção do constrangimento que eu senti. Tudo isso porque alguém que, viu um grupo de negros, a noite e com uma mala em mãos, fez uma denúncia a polícia de que este estava tentando pesar uma mala com drogas.

Obviamente toda a confusão foi esclarecida e no final da abordagem os policiais pediram desculpas, e até queriam levar minha mala para pesar. Hoje é uma história que gera boas risadas em encontros de família, porém, apenas após o ingresso no curso consigo categorizar esse episódio como um típico caso de racismo. Deixando de ser apenas um caso engraçado, para ser um clássico caso de racismo sentido na pele, portanto, muito além de ser engraçado, é doloroso.

Esta é uma questão que permeia a prática social de todo aquele que não se enquadra no padrão étnico, social, sexual e comportamental que separa e hierarquiza as pessoas.

Como profissional da área de meio ambiente, esta questão também se estabelece. Sou pesquisadora e consultora socioambiental, portanto a observação faz parte do meu cotidiano. Como não há imparcialidade por parte do autor seja na pesquisa acadêmica, seja na prática profissional, é premente entender de onde parte o olhar deste autor. De que memórias, temporalidades e mitos ele parte para tratar a cotidianidade que se apresenta a sua frente.

No tocante a prática escolar, embora eu tenha o título de licenciatura e não a exerça, muitas aulas me instigam à sala de aula, ao desafio de trazer à memória aquilo que convenientemente foi esquecido. A memória é social e intencional.

Meu trabalho de conclusão de curso, a princípio, trata-se da minha prática como bacharel, mas não me espantaria se, neste curso, me debruçasse sobre outro viés, a licenciatura.

Essa questão faz parte do meu desafio. Desconstruir para construir.

3.2 Repensando a aprendizagem: leituras críticas a partir da práxis

Considerando a narração descrita na Reescrita da Carta de Intenção, sobre a minha trajetória escolar, acadêmica, profissional e pessoal, é notório que o curso trouxe contribuições.

Não obstante, para retratar sobre a contribuição dos conteúdos ministrados, é importante que se façam duas ressalvas. A primeira é que o curso é voltado principalmente - não exclusivamente - para o público de professores e, como já relatado, minha trajetória profissional se deu majoritariamente na atuação como bacharel, inclusive durante curso, daí as contribuições mais expressivas serem de cunho pessoal; a segunda ressalva é que muito recentemente comecei a lecionar em sala de aula, ministrando conteúdos de geografia para turmas do ensino fundamental e médio (9º, 1º, 2º e 3º anos).

Seguem os relatos, primeiro de cunho pessoal:

- *Módulo II: Memória, identidade e Cultura escolar - Professora Sonia Miranda.*

Este módulo teve como destaque, para a minha práxis, a *Aula 2 :Tema da memória social em um panorama teórico*, cujo tema de discussão foi o texto *Memória, esquecimento, silêncio*¹⁵, de Michael Pollack, o qual ponderou que “Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial" (POLLACK,1989, pg.12).

A memória é seletiva, construída socialmente. Mais que um fato social¹⁶, é uma tensão entre memória e esquecimento. A memória coletiva, aquela oficial, é fruto da tensão entre o que deve e o que não deve ser lembrado, daí esta ser carregada de intencionalidade. Na realidade, a memória refletida na história oral envolve o pertencimento, identidade, o lugar do sujeito no tempo e no espaço.

Por esta razão, esta aula me impactou como nenhuma outra. Ela me remeteu a história da minha família, a minha história. Eu consegui tirar os óculos.

Como já relatado, minha mãe foi trabalhar em “casa de família”, em Juiz de Fora, no início década de 1950. Aos treze anos, apenas com o primário incompleto, ela foi cuidar de duas crianças e das demais tarefas domésticas de uma jovem senhora, cujas roupas, sua mãe já lavava outrora, antes morrer. A relação já estava estabelecida. Ela saiu desta casa aos 27 anos, para se casar, com toda gratidão, o consentimento daquela sociedade, o mesmo primário incompleto e ótimas referências para o trabalho doméstico.

Após um casamento frustrado, outros trabalhos assemelhados vieram. Um deles para uma jovem casal branco e seus 04 filhos, no final da década de 1970, recomendado pela antiga patroa. Os novos laços rapidamente se estabeleceram.

Ocorre que o patriarca desta família ainda guardava, apenas como lembrança de família, e sem nenhuma alusão ofensiva, recortes de jornal,

¹⁵ POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

¹⁶ Pollack (1989) trata a memória não como um fato social, por si só, restrito a perspectiva funcionalista e positivista de Emile Durkheim, mas como esta se transforma em um fato social.

folhas contábeis e outros que remetiam a anotações sobre a atividade comercial de escravos que seu pai e avô exerciam em Juiz de Fora-MG, que fora uma das cidades de maior população de pessoas escravizadas de Minas Gerais.

Tudo isso era muito natural. A memória coletiva, embalada pela democracia racial via e, ainda vê, com muita naturalidade os estabelecimento de tais relações de trabalho, que obviamente estão ligadas a um contexto histórico, social econômico que foi completamente desfavorável a um determinado grupo étnico. O trabalho doméstico no Brasil é um típico exemplo disso, principalmente pela aceitação natural de um período da história em que muitas crianças e adolescentes, especialmente negros, foram submetidas e fadados ao trabalho doméstico, em uma experiência que não fora individual, mas coletiva. O papel de cada ente nesta relação de trabalho possui uma raiz histórica, que fora negligenciada.

- *Módulo VI: Dimensões Sociais – Professora Marina Barthe*

A aula teve como tema: *Relações de dependência e trabalho na África II*, a qual, através de fontes diversas, retratou o trabalho, muitas vezes análogo a escravidão, na África colonial e pós colonial, sobretudo pela exploração do cacau em São Tomé e Príncipe, na década de 1939.

Não obstante as questões em África, a aula tratou também dos *crioulos*, geração oriunda das pessoas escravizadas, nascidos no Brasil, os quais foram importantes para continuidade e renovação das “peças”, principalmente após o fim do tráfico legal, em 1850. Importa enfatizar que esta população escravizada constituiu famílias, relações estáveis e solidárias, as quais também simbolizaram um tipo de resistência (MIRANDA, 2012¹⁷)

No que tange a população livre, conforme as fontes – escassas mas passíveis de consulta-, tais como batistérios, devassas eclesiásticas,

¹⁷ MIRANDA, A. R. Família escrava no Brasil: um debate historiográfico. *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, Vol. 4, n. 2, Ago/Dez 2012. ISSN: 1984-6150. Disponível em www.fafich.ufmg.br/temporalidades. Acessado em 30 de outubro de 2016.

inventários e outros, é possível acompanhar o dinamismo da população de libertos.

No tocante a Zona da Mata Mineira¹⁸, há uma peculiaridade nesta história. É conhecida a trajetória do Ciclo do Café e o comércio de escravos, a qual se entrelaça à história da Macrorregião da Zona da Mata Mineira (FIGURA 04). Os municípios cafeeiros de Minas Gerais chegaram a ter mais disposição de mão obra escrava, do que Rio de Janeiro e São Paulo. No final do século XIX, Juiz de Fora-MG era aquela que detinha maior número de pessoas escravizadas, sobretudo entre aqueles municípios da sua Microrregião, com os quais também estabelecia comércio interprovincial. (MACHADO, 2008)¹⁹.

Pois bem, após a Lei Áurea, embora muitos recém libertos tenham migrado para áreas urbanas, como Rio de Janeiro - MG, muitas famílias crioulas permaneceram com seu antigo “senhor”, nas lavouras de café, uma espécie de clientelismo.

Após a Crise de 1929, de proporções mundiais, que também reverberou na, então, principal atividade da Zona Mata mineira, fazendeiros dispensaram muitas famílias de trabalhadores, que a esta altura eram “trabalhadores livres”, os quais tiveram como destino cidades maiores, tais como Juiz de Fora, cuja atividade industrial estava em desenvolvimento.

Figura 4: Microrregiões da Zona da Mata Mineira

¹⁸ Macrorregião situada na região do sudeste de Minas Gerais, abrangendo 07 microrregiões e 142 municípios.

¹⁹ MACHADO, C. H. Tráfico interno de escravos estabelecido na direção de um município da região cafeeira de Minas Gerais: Juiz de Fora, na Zona da Mata (Segunda metade do século XIX). Juiz de Fora: UFJF, 1998.



Fonte: IGA, 2016²⁰

Neste ponto, volto-me a minha família. Minha mãe nasceu em Piau- MG, na Microrregião de Juiz de Fora-MG, na década de 1930, em uma fazenda de café, onde o pai trabalhava. Este, dispensado da fazenda no início da década de 1940, veio com a família (esposa e filhos) para Juiz de Fora-MG para tentar um trabalho na construção civil e, quem sabe, serviços domésticos para esposa. Assim o conseguiram. Ocuparam, em princípio, o bairro Mundo Novo, Zona Sul da cidade, que junto com outros bairros da circunvizinhança direta, abriga uma grande população negra que, por sua vez, independentemente de seu lócus espacial de origem, vai demarcar a ocupação do espaço na cidade.

É impossível não me encontrar nesse relato histórico, carregado de memórias, identidade e pertencimento. Esta disciplina permitiu-me conjecturar sobre a minha inserção e da minha família na história oficial, salvaguardando-se as memórias pessoais, que dão legitimidade e identidade ao relato.

- *Módulo V: Fim do Tráfico de escravizados e ocupação colonial*
Professora Elaine Ribeiro

²⁰IGA. Instituto de Geociências Aplicadas. Disponível em <http://licht.io.inf.br/mg_mapas/mapa/cgi/iga_comeco1024.htm e acessado em 30 de outubro de 2016>.

Considerando a segunda ressalva, atinente a minha parca e recente experiência na licenciatura, destaco a importância do temas tratados durante curso, os quais, muito me auxiliaram na práxis cotidiana, tendo em vista que na ministração de aulas para as duas turmas de 9º ano, iniciei o trato sobre continente Africano.

A falta de experiência prévia em sala de aula e o pouquíssimo conhecimento sobre África encontraram no curso uma oportunidade de aprendizado e incentivo a pesquisa, através da apresentação de um arcabouço teórico e referencial, de modo a evitar a reprodução de “verdades construídas”.

Desta maneira, destaco, entre outras, a aula do módulo citado. As referências trabalhadas e indicadas foram muito importantes em sala de aula, ao desmistificar o fim do tráfico e início do “trabalho livre”²¹, que obviamente era refém do capitalismo - industrial -, e da doutrina liberalista que viu na exploração do trabalho colonial uma forma de produção e reprodução da lógica capital.

Uma importante contribuição foi a indicação da coleção da UNESCO, História Geral da África, volumes I e VII, especialmente este último, que trata das do período de dominação colonial, entre 1880 a 1935.

3.3 Práticas pedagógicas, intervenções e ações sócio-educativas

Como proposta pedagógica, segue a proposição de um Plano de aula, abordando a temática do racismo científico, tendo como “plano de fundo”, a questão colonial, cujo conteúdo, pressupõe-se que o professor já esteja trabalhando em sala de aula.

Pelo viés histórico e geográfico, tal Plano destina-se especialmente para professores de geografia e história, mas pode ser adaptado para outras disciplinas, como por exemplo, ciências.

PLANO DE AULA

²¹ Para Marx (1968), que faz uma leitura sobre a lógica do capital, o ponto de partida, o pecado original é a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho, cuja exploração foi e é uma das formas de acumulação de capital.

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. In: **O Capital**. (Cap. 24). Rio de Janeiro: Zahar, 1968. Livro I.

INTRODUÇÃO

Este Plano de Aula destina-se à realização de aulas para turma de Ensino Fundamental, especificamente para aquela do 9^o ano, que tem como conteúdo obrigatório o estudo dos continentes.

Tendo em vista a ministração de conteúdo sobre o continente Africano, considerando-se os aspectos históricos e geográficos, além dos pressupostos da Lei 10.639/2003, este Plano visa relacionar o colonialismo em África e os pressupostos do racismo científico.

OBJETIVOS

Objetivo geral:

- Levar os alunos a conhecerem a raiz do racismo científico e como este se expressou na prática pré e pós- colonial, sobretudo refletir como ele ainda respalda o imaginário e prática cotidiana. É preciso reconhecê-lo, para extirpá-lo.

Objetivos específicos:

- Motivar os alunos para as aulas através de uma conversa breve explicando sobre a importância do conteúdo que será visto.
- Que os alunos compreendam um dos fundamentos científicos que respaldaram a Colonização e, suas consequências.
- Que os alunos exponham, oralmente, o que compreendem sobre racismo.
- Que o professor interaja, dando exemplos sobre os casos mais típicos, levando-os a refletirem sobre a origem desta prática.

METODOLOGIA

Prevê-se para este Plano a utilização de (05) cinco aulas. O ponto de partida será a exposição do filme *Hotel Ruanda* o qual demonstra, entre outras

questões, o peso da herança colonial, a dissensão entre dois grupos, cuja rivalidade foi acirrada pelas características fenóticas.

O filme tem duração de cerca de 120 minutos, daí, ele tomará as três primeiras aulas, tendo em vista que, o professor fará uma introdução do mesmo, explicando o contexto histórico que o filme retrata, e sobre quais aspectos precisa que o aluno se atente.

Na 4^o aula, o professor fará provocações aos alunos, partindo da seguinte pergunta: “Quem é vilão e quem é o mocinho da história descrita no filme?” A pergunta é intencionalmente tendenciosa, de modo a expor a dualidade típica do imaginário, a qual deve ser exposta e desconstruída com a explicação acerca do real contexto histórico, isto é, as consequências do colonialismo e as bases que o legitimaram.

Na 5^o aula, o professor trará um texto abordando a história de Sarah Bartman (FIGURA 05), com ilustrações acerca da mesma e explicações sobre sua curta trajetória.

Figura 5: Ilustração de Sarah Bartman



Fonte: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160110mulhercircoÁfricalab>. Acesso em 31/10/ 2016.

Neste texto explicativo, o professor trará, como introdução, um conceito de racismo, tal como aquele descrito por Shucman²² (2010)

²² SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. Rev. psicol. polít. [online]. 2010, vol.10, n.19, pp. 41-55. ISSN 1519-549X. Disponível em <http://www.pepsic.bvsalud.org>. Acessado em 05 de janeiro de 2016;

Considero racismo qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado na ideia de raça. Pois, mesmo que essa ideia não tenha nenhuma realidade biológica, o ato de atribuir, legitimar e perpetuar as desigualdades sociais, culturais, psíquicas e políticas à “raça” significa legitimar diferenças sociais a partir da naturalização e essencialização da ideia falaciosa de diferenças biológicas que, dentro da lógica brasileira, se manifesta pelo fenótipo e aparência dos indivíduos de diferentes grupos sociais.” (SCHUCMAN, 2010, pg. 75)

Embora Sarah não tenha vivido no período colonial, sua vida é um retrato do racismo científico, cujas teorias foram bastante frutíferas no século XIX.

A animalização da mulher negra, através da história de Sarah Bartman, e a tentativa de genocídio ocorrida em Ruanda em 1994 tem a mesma raiz, cuja relação os alunos deverão ser estimulados a ponderar e refletir.

Como atividade proposta, os alunos deverão fazer um trabalho, para casa e individual, a respeito dos conceitos e teorias do racismo científico, de forma relacioná-los com o filme.

RECURSOS

- TV;
- Aula expositiva;

3.4 Considerações finais

A proposta do curso baseia-se na Lei Federal 10.639/2003, visando a capacitação de profissionais para ministração de conteúdos de história e cultura Áfricanas e afro-brasileiras nas escolas.

Embora tenha essa linha de trabalho, não é engessado para apenas um público profissional, mas aberto de modo que o tema, de caráter transversal, realmente o seja em outras práticas profissionais, não necessariamente restritas a escola. A minha inserção no curso é uma prova disso.

Profissionalmente, por coincidência ou não, o curso foi providencial na minha recente, mas não definitiva, mudança profissional. A primeira

experiência em sala de aula transcorre de forma paralela ao curso, cujo conteúdo pôde ser diretamente aproveitado e aplicado na prática profissional, o que é muito pertinente e proveitoso.

Certamente, a minha desenvoltura como professora foi e está sendo influenciada pelo curso, ou seja, a minha postura é carregada de uma legitimidade adquirida que me estimula para ir além da transmissão de conteúdo.

Na atuação como bacharel, na prática da observação de realidades socioambientais para redação de relatórios técnicos, o olhar, certamente, não será o mesmo.

Pessoalmente, a oportunidade de discutir a questão do negro, sem que ele esteja à margem ou em completa evidência - para não se cair na armadilha da “inversão da pirâmide” ou no pensamento dual - é uma experiência fantástica, provocativa e reflexiva. O contexto não é estranho, ele se mistura, em muitos aspectos, a minha própria trajetória de vida, levando-me a repensar o meu lugar na história como um sujeito.

Como uma mulher negra, o curso me leva refletir historicamente sobre o meu papel na sociedade, ou melhor, me insere no curso da história, em uma outra versão da mesma história.

4 BIBLIOGRAFIA

ADICHE, C. The danger of a single story. pobTED, Ideas worth spreading, 2009, (legendado). Disponível em https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt. Acesso: em 20 dez. 2016.

ANJOS, R. S. *África Brasileira População e territorialidade*. Acervo, Rio de Janeiro, v. 22, no 2, p. 147-164, jul./dez 2009.

_____. *Geografia, cartografia e o Brasil Africano*. Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume Especial Cartogeo (2014), p. 332-350.

BRASIL. Lei n^o 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso: em 29 dez. 2016.

BRASIL. *Lei No 10.639, De 9 de Janeiro De 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 30 dez. 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: geografia / Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/ SEF, 1998. 156 p. Disponível em <http://www.portaleducacaopi.com.br/wp-content/uploads/2014/10/volume-05-geografia.pdf>. Acesso: em 30 de dez. 2016.

CARNEIRO, L. Viajando por Territórios Quilombolas da Atualidade: reflexões sobre processos etnoterritoriais. In: Pereira, Edimilson; Daibert, Robert. (Org.). Depois, o

Atlântico: Modos de pensar, crer e narrar na diáspora africana. Juiz de Fora, 2010, v. 1, p. 257-272.

CASTROVANI, A.C.; H. C.CALLAI e KAERCHER, N.A. Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2009, 176 p.

DANTAS, T. S. Desafios da agricultura familiar camponesa e estratégias de resistência territorial na Comunidade São Pedro de Cima. Monografia apresentada ao Departamento de Geociências. Instituto Ciências Humanas, Universidade federal de Juiz de Fora, 2011.

FREIRE, P. *A educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREITAS, O. Equipamentos e materiais didáticos. Brasília Universidade de Brasília, 2007.132 p.;

FUNDAÇÃO PALMARES. COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS – CRQs. Disponível: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=88>. Acesso: em 02 de jan. 2017.

IGA. Instituto de Geociências Aplicadas. *Microrregiões da Zona da Mata Mineira* Disponível em <http://licht.io.inf.br/mg_mapas/mapa/cgi/iga_comeco1024.htm> Acesso: em 30 out. 2016.

ITABORAHY, N. Z. Interações Agroecológicas. A comunidade de São Pedro de Cima em movimento. Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

ILUSTRAÇÃO Sarah Bartman. Fonte: Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160110_mulher_circo_africa_lab. Acesso: em 31 de out. 2016.

LEITE, A. F. *O Lugar: Duas Acepções Geográficas*. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, Vol. 21, 1998 p. 230.;

LOPES, R. S. *O movimento negro no Brasil: lutas e conquistas em prol de uma sociedade equânime*. Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/o-movimento-negro-brasil-lutas-e-conquistas-em-prol-de-uma-sociedade-equanime>. Acesso: em 31 out. 2016.

MACHADO, C. H. Tráfico interno de escravos estabelecido na direção de um município da região cafeeira de Minas Gerais: Juiz de Fora, na Zona da Mata (Segunda metade do século XIX). Juiz de Fora: UFJF, 1998.

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. In: _____. *O Capital*. (Cap. 24). Rio de Janeiro: Zahar, 1968. Livro I;

MÉSZÁROS, I. *Educação Para Além do Capital*, [tradução Isa Tavares] - 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008, p.258;

MIRANDA, A. R. *Família escrava no Brasil: um debate historiográfico*. *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, Vol. 4, n. 2,

Ago/Dez 2012. ISSN: 1984-6150. Disponível em www.fafich.ufmg.br/temporalidades. Acesso: em 30 out. 2016.

MUNANGA, K. Origem e História do Quilombo na África. Revista USP, São Paulo, 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364>>. Acesso: em 10 jan. 2017.

OGOT, B. A.; UNESCO; MEC; UFSCAR. *História geral da África*, V: África do século XVI ao XVIII – Brasília: UNESCO, 2010.1208 p.;

POLLAK, M. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15;

REIS, R. C. Espaço, Território E Territorialidade: Aspectos Conceituais Fundamentais. Castelo Branco Científica - Ano I - Nº 01 - janeiro/junho de 2012 Disponível em <http://castelobrancocientifica.com.br/img.content/artigos/artigo37.pdf>. > Acesso: em 11 de jan. 2017

SANTOS, A. B.; REBOCHO, N. Memória Dos Quilombos: África, Diáspora, Cabo Verde E Brasil. 07 de abril de 2014. Disponível em <<http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/memoria-dos-quilombos-africa-diaspora-cabo-verde-e-brasil>>. Acesso: em 10 jan. 2017.

SACK, Robert David. *Human Territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. *Rev. psicol. polít.* [online]. 2010, vol.10, n.19, pp. 41-55. Disponível em <<http://www.pepsic.bvsalud.org>>. Disponível em: <<http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/o-movimento-negro-brasil-lutas-e-conquistas-em-prol-de-uma-sociedade-equanime>>. Acesso em: 30 out. 2016.

TUAN, Y. 1983. *Espaço e Lugar*. São Paulo. Difel..25